

## APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos aos nossos leitores o **DOSSIÊ MEMÓRIA, HISTÓRIA, ARQUIVOS E MUSEUS DO JUDICIÁRIO**.

Abrindo a publicação, tem-se o **Editorial**, escrito pelo organizador convidado do Dossiê, Dr. Carlos Alexandre Böttcher, Juiz de Direito do TJSP. Em seguida, a Mensagem dos Dirigentes do TRF2, biênio 2019/2020, Desembargadores Federais, Dr. Reis Friede (Presidente), Dr. Messod Azulay Neto (Vice-Presidente) e Dr. Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Corregedor Regional) e Dr. Ivan Athié (Diretor-Geral do Centro Cultural Justiça Federal).

O Dossiê temático é publicado em duas partes. A primeira delas, ora apresentada, é composta por dez trabalhos acadêmico-científicos, que refletem sobre a importância da Memória e dos Arquivos do Poder Judiciário Brasileiro.

O primeiro artigo, intitulado **Gestão Documental e da Memória do Poder Judiciário: o Programa do CNJ**, tem por objetivo analisar a relevância do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sua evolução histórica e regulamentação vigente.

O artigo seguinte **A Importância dos Acervos Judiciais para a Pesquisa em História: um Percorso** objetiva demonstrar a importância das fontes judiciais para a pesquisa em História do Brasil do século XIX, realizando um percurso historiográfico desde os trabalhos pioneiros no campo, passando pela renovação dos estudos da década de 1980 até perspectivas mais recentes.

No trabalho **Estilos das Relações: Práticas Fundacionais para o Tribunal de Pernambuco (1826-1831)**, a autora, partindo de livro encontrado em arquivo e desconhecido do público, analisa a importância dos estilos para os Tribunais como uma larga tradição de direito que chega até o início do século XIX.

O trabalho **Cadeia de Custódia Digital Arquivística** realiza reflexão sobre o assunto, propondo uma abordagem para mitigar as vulnerabilidades dos documentos arquivísticos em ambiente digital, corroborando com a manutenção da autenticidade, proteção do sigilo, preservação e garantia de acesso à informação.

**A Triste e Desconhecida História do Tribunal de Segurança Nacional** busca demonstrar a história dessa Corte excepcional criada pelo regime ditatorial de Getúlio Vargas em 1936 e extinta em 1946, discorrendo sobre as graves violações dos princípios da ampla defesa e do juiz natural nos processos a ela submetidos.

O trabalho **Documentos Arquivísticos, Centros de Memória, Organização e Instituição: Caminhos Potenciais para os Trabalhos com Memória na Justiça Eleitoral** recupera e amplia reflexões acerca de trabalhos memoriais, realizados a partir de documentos arquivísticos, em Centros de Memória no Poder Judiciário Federal brasileiro com ênfase na Justiça Eleitoral.

Em sequência, o artigo **Memória do Judiciário: entre a Gestão Documental e a Gestão da Memória** propõe debater questões relativas à preservação da memória institucional em órgãos do Poder Judiciário, refletindo sobre sua conceituação e natureza de construção constante à luz dos novos atos normativos do CNJ.

**Micro-Histórias no Judiciário** pretende “esmiuçar partículas” de uma trajetória no sistema de Justiça, em obediência ao método historiográfico e, mais particularmente, de sua vertente intitulada micro-história.

Em **O Acervo do Poder Judiciário no Arquivo Público do Estado do Pará: alguns apontamentos**, o autor pretende mostrar a importância desse acervo para as pesquisas históricas, assim como problematizar o conceito de patrimônio histórico arquivístico.

Encerrando a primeira parte do Dossiê, o trabalho **O Direito ao Esquecimento: Questões Jurídicas e Sociais** tem como objetivo realizar uma breve discussão sobre o “direito ao esquecimento”, especialmente para exclusão da internet de determinados fatos da própria vida.

Aos autores e leitores desta edição, o nosso obrigado. Para publicar na LexCult consulte as normas da revista.

Os Editores.